

## **ABOLIR, COLONIZAR, NEGOCIAR: SOBAS E MORADORES EM FACE DOS INTERESSES PORTUGUESES EM GOLUNGO ALTO, ANGOLA, (C.1840-C.1860).<sup>1</sup>**

Felipe Vilas Bôas<sup>2</sup>

**Resumo:** Depreender acerca das interações sociopolíticas entre agentes militares coloniais e Sobas de Angola, por intermédio de narrativas coloniais é o objetivo central deste artigo, que engendra sobre a complexidade das táticas e estratégias adotadas pelos sujeitos históricos em Angola no entremeio do século XIX. A análise abrange essencialmente textos de pequenos agentes coloniais militarizados que circularam pela região do Golungo Alto entre os anos 1840 e 1860, quando o contexto comercial e político sofreram significativas reflexões. Mudanças envolvendo o tráfico de escravizados e produtos extrativos permearam discussões e ações práticas nem sempre acordadas. Levanta-se a hipótese de que a própria configuração interna de Angola em seu âmbito político e de circulação de bens – mesmo que com dificuldades frente às pressões externas – permitiu a emergência de novas formas de produção e giro de produtos no qual a agência dos Sobas foi decisiva.

**Palavras-chaves:** Projetos coloniais; Sobas; Comércio Lícito; Agentes coloniais; Viajantes.

**Abstract:** Understanding the socio-political actions between colonial military agents and Angola's Sobas through colonial narratives is the central objective of this article, which engenders on the complexity of the tactics and strategies adopted by historical subjects in Angola in the midst of the 19th century. The analysis essentially covers texts by small militarized colonial agents who circulated in the Golungo Alto between the years 1840 and 1860, when the commercial and political context underwent significant reflections. Changes involving the slave trade and extractive products have guided discussions and practical actions that are not always of mutual interest. The hypothesis is that the internal configuration of Angola in its political sphere and in the circulation of goods - even with difficulties in the face of external pressures - allowed the emergence of new forms of production and product turnover in which the Sobas agency was decisive.

**Keywords:** Colonial projects; Sobas; Licit Trade; Colonial agents; Travelers.

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob o título de Sobas e Portugueses em Mbaka: estudo das relações de domínio colonial em narrativas de viagem, (c.1825-c.1875), processo nº 2015/12280-3 finalizado em 2018. O presente artigo é uma versão resumida da pesquisa supracitada.

<sup>2</sup> Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e pesquisador no Museu Paranaense.

Em 1846, o Soba Bango Aquitamba era visto pela administração colonial portuguesa como um aliado necessário e prestativo na região do Golungo Alto, Angola.<sup>3</sup> O fator principal para tal residia na capacidade deste estatuto político em manter diversas linhagens formadoras do sobado sob seu controle. Essa característica fica clara quando o agente colonial, Alferes Manoel Alves de Castro Francina, infere sobre a expressão política de Bango Aquitamba manifestada em sua “[...] força física e moral sobre seus subordinados [...]” (FRANCINA, 1846;1867, p.14), possuindo uma habilidade política “[...] singular entre os mais Sobas em todo o seu tratamento, dignidade e forma de governo [...]” (FRANCINA, 1846;1867, p.14). A “forma de governo” expressa pelo Alferes não diz respeito aos costumes e tradições políticas africanas, reside na capacidade do Soba em manter uma atmosfera favorável ao comércio em seus diversos âmbitos, principalmente o da circulação de bens evidenciada no serviço de carroto. Pela perspectiva de Francina, o Soba Bango Aquitamba tinha uma grande capacidade de arregimentar mão de obra, que quando não se apresentavam de forma espontânea o mesmo ordenava “[...] encarregados para os tirar por meio de amarrações, porque não admite em suas terras camundeles e este distrito tem apenas uma família nobre que a dos Bravo [...]” (FRANCINA, 1846;1867, p.14).

O interesse português por se aproximar de chefes com alto grau de poder político para fins de se aproveitar da capacidade destes em fornecer braços não era novidade (MILLER, 1988), porém a partir dos anos 1820 as razões deste interesse foram se alteraram devido às novas questões que se apresentaram ou foram criadas na dinâmica africana e extra-africana.<sup>4</sup> A primeira metade do século XIX foi marcada em Portugal e Angola por inúmeras discussões sobre regimes de trabalho, orientações políticas e conflitos sobre o futuro de Portugal e suas possessões além-mar (MARQUES, 1999),<sup>5</sup> emergindo medidas como abolição do tráfico, serviço de carregadores e a reforma legislativa de 1858 (ESPINDOLA-SOUZA, 2017). É de conhecimento amplo da

---

3 Por Golungo Alto não se entende apenas o presídio homônimo e sua vizinhança, mas a região do chamado o distrito do Golungo Alto por volta de 1860, que englobava boa parte do chamado sertão de Luanda, incluindo as regiões de Mbaka, Duque de Bragança, Npungo a Ndongo, Cambembe, Massangano, Cazengo, Kassanje, Talla Mugongo, Malanje e Dembos. Sobre os pormenores de divisão administrativa de Angola no século XIX e suas inconstâncias. Conferir (DIAS, 1998, p.319-471).

4 Dentre os principais fatores externos estava a crise política vivida por Portugal na primeira metade do século XIX, no qual liberais e conservadores confrontavam-se com projetos políticos e econômicos distintos, além dos abalos econômicos criados pela independência do Brasil e seu reconhecimento por parte de Portugal em 1825. Neste sentido o debate acerca do lugar das coloniais ficou suspenso até a década de 1840, quando com o cenário político e econômico mais estável e inclinado a ideais liberais, passou a observar potenciais de ocupação territorial e de incentivo a monocultura e extração nas possessões ultramarinas. Sobre a política portuguesa na primeira metade dos Oitocentos (QUARESMA, 1988, p.15-20). . Conferir (SERRÃO, 1990); (ALEXANDRE, 2000, p.48-64).

5 Neste ponto destaca-se o papel dos políticos liberais em relação aos interesses portugueses em África e sua relação com a Inglaterra no tocante ao tráfico de escravizados. Conferir (ALEXANDRE, 1979;1993); (CAPELA, 1987); (BANDEIRA, 1840).

historiografia que entre 1820 e 1860 diversas foram às propostas de reestruturação comercial e de ocupação com relação a Angola, objetivando transformar aquela região em parte integrante do Império português – as tentativas de Moçamedes e Duque de Bragança são exemplos expressivos desta política (FRANÇA; SILVA, 1856;1867, p.483-491). Todavia, a maioria das propostas discutidas não se efetivou em nenhum projeto prático de grande escala, mantendo Angola presa a um passado de tráfico de escravizados em declínio legal (CARPO; et al., 1848).<sup>6</sup>

A questão acerca do ocupar e interiorizar-se no espaço africano passava pelo debate abolicionista.<sup>7</sup> Independente do grau de influência inglesa ou ainda o caráter político e cultural do abolicionismo português,<sup>8</sup> o tráfico de escravizados era parte importante de uma possível e ainda disforme visão de colônia agrícola. Ao mesmo tempo em que era necessário dar utilidade colonial aos braços africanos, a administração em Luanda tinha conhecimento da necessidade primaria que o tráfico de gentes significava para o sustento colonial, seja na movimentação financeira, recepção/expedição de bens via alfândega portuária e na construção de um saber político de negociação junto aos africanos. Além disto, era o capital de giro proveniente do tráfico que sustentava a pequena atividade interna no qual as autoridades metropolitanas visavam transformar em ações primarias (FERREIRA, 1996, p. 25-53). Não se espasa aqui a ideia de que abolir/colonizar estavam vinculados de forma plena e consciente nos Oitocentos, porém, o interesse português por colonizar deve em muito ao debate abolicionista e suas ações. No período em questão não é possível falar sobre colonialismo ou ainda sobre sucesso das prerrogativas liberais, contudo, pode-se apontar sobre um aumento na circulação de bens intracoloniais como já apontou Ferreira (1996) e novas formas de interação política (PIMENTEL, 2010).

O século XIX em Portugal também apresenta uma proliferação de publicações relativas aos

---

6 Um exemplo de projeto gorado que demonstra a relação entre tráfico de escravizados e as novas formas comerciais em emergência foi o da Companhia Africana Occidental. Para uma breve análise do projeto, suas intenções e bancarrota conferir (VILAS BÓAS, 2018, p. 83-89).

7 Existem divergências sobre a relação entre abolicionismo e colonialismo. Na perspectiva de autores como David Eltis (1987) – que observa um abolicionismo Atlântico, porém baseado em premissas britânicas – o abolicionismo não promoveu aumento nas exportações de gêneros agrícolas e tampouco criou um regime de capitais circulantes nas coloniais a curto e médio prazo. Contudo, alguns autores como Roquinaldo Ferreira (2012;2013) observam no abolicionismo – especialmente no tocante a Angola – um elo para o questionamento e a tentativa de colocar em prática questões de cunho colonial. Mesmo que tímidas e pouco efetivas, abolicionismo e colonialismo em Angola agiram em mutualidade para alterações trabalhistas, econômicas e políticas, promovendo uma maior circulação de bens e, de forma lenta, porém incisiva, alienando terras férteis que originalmente se encontravam sob o domínio africano. A visão diferenciada exposta baseia, em certa medida, na premissa de especificidade colonial portuguesa, fugindo assim ao erro de observar os processos coloniais africanos como coesos e forjados de acordo com o modelo britânico. Conferir (PAQUETTE, 2011); (SANTOS, 2001).

8 Tal assunto foi amplamente debatido entre José Capela e Valentim Alexandre nos anos 1970 a 1990, gerando uma produção acalorada e enriquecida posteriormente por outros autores. Conferir (JERÓNIMO, 2012;2015).

territórios ultramarinos. São nos Oitocentos que se alastram folhetins e compêndios narrativos sobre as experiências portuguesas em África (SANTOS, 1988, p.239-240). Pode-se afirmar que uma maior divulgação remete não apenas ao crescimento da imprensa, mas também aos interesses portugueses de melhor conhecer durante o processo de interiorização (BASTOS, 2013, p.321-346). Neste contexto, publicações como o *Annaes do Conselho Ultramarino* (parte não oficial) e *Annaes Marítimos e Coloniaes*<sup>9</sup> passam a divulgar não somente expedições de exploração de seu tempo, mas de contextos anteriores, propagando um discurso pró-ocupação das terras em África (FERREIRA, 1999, p.150-151). Neste sentido, o discurso metropolitano e suas reverberações coloniais apontavam para as possessões africanas como um “[...] espaço de realização colonial moderna pela transformação econômica, pelo emprego dos meios da tecnologia, garantes da apropriação da Natureza” (MARQUES, 2013, p.467).

Segundo a historiografia, era constante nas narrativas do século XIX a debilidade portuguesa na compreensão das tradições orais de então, o caráter eurocêntrico das narrativas e o ímpeto parcial e ideologicamente colocado dos textos. Características essas que podem ser facilmente observadas na documentação aqui proposta. O trabalho com este tipo de material remete a questões não somente da natureza do texto – construção, trajetória do autor –, mas remete também ao fato de que alguns escritores jamais estiveram nos sertões de Angola, podendo estes ter escrito seus textos ou com base em bibliografias de outrem ou via relatos orais de outros indivíduos que circularam pelos sertões. As narrativas portuguesas sobre Angola durante o século XIX apontam para a consolidação da exclusão do africano. A diferenciação com os naturais de Angola já era vista de forma bastante latente desde primórdios dos primeiros contatos com o Kongo, mas no século XIX, com uma interiorização cada vez maior dos portugueses, impulsionada pela consolidação do comércio lícito, as narrativas apresentam características bastante específicas, como: violência discursiva, julgamento de valores e costumes, negação da capacidade histórica dos naturais, interesse maior pela historicidade dos portugueses em Angola do que dos naturais e sua tradição oral e, por fim, uma construção narrativa que além de inferiorizar, aponta para necessidades de aliança ou ainda tutela portuguesa – indicando uma domesticação política e social pela escrita. Quando se refere de forma fortuita e positiva acerca dos locais é para atender a interesses específicos de acordo com a própria fragilidade portuguesa.

---

9 Não era incomum encontrar agentes coloniais e membros da política em Angola vinculados a publicações liberais em Portugal, como por exemplo, o Governador Pedro Alexandrino da Cunha, sócio da Associação Comercial de Lisboa, que durante seu mandato em Angola ficou conhecido por colocar em prática – mesmo que sob forte crítica e suspeita – a agenda liberal de proibição do tráfico de escravizados. Conferir (ANNAES MARITIMOS E COLONIAES, 1842, p.46).

No excerto citado inicialmente de autoria do Alferes Francina (1846;1867) – que não foge a linguagem e ao debate de seu tempo – extraído do Annaes do Conselho Ultramarino (parte não oficial), pode-se perceber que a orientação do agente colonial coaduna com uma política liberal de interiorização do território angolano. Em seu texto, o autor enfatiza a decadência da presença portuguesa e os barbarismos dos costumes africanos, aliados a pouca inclinação destes ao trabalho manual na agricultura. Contudo, o africano não aparece no texto – salvo raras exceções. As informações sobre os locais vêm quase sempre por intermédio do chefe português nomeado. De certa maneira, Francina só se interessa pelos africanos na medida em que colaboram com os portugueses ou quando realizam alguma prática considerada gentílica, que servia como pressuposto para indicar que uma determinada guerra ou recrutamento de carregadores justificável. Não apenas a questão comercial é ressaltada, mas também há um sentido de moralidade e civilidade que, mesmo não aparecendo de forma explícita no texto, está permeando os julgamentos do agente e estão profundamente imbricados com um posicionamento metropolitano. Visão tal que ganha força após uma vagarosa e beligerante recuperação política e econômica de Portugal a partir dos anos 1840, quando grupos de políticos liberais e detentores de capital passam a ganhar pequena, porém importante força na perspectiva de uma futura ocupação dos solos africanos (REIS, 1993).

Levando em consideração as tentativas mais organizadas de supressão ao tráfico a partir do governo de Alexandrino da Cunha nos anos 1840, não é de se estranhar a atenção que Francina delega a questão agrícola (FRANCINA, 1847;1867)., aliás, tal característica está presente em vários relatos de agentes coloniais que circularam pelo interior de Angola (FIGUEIREDO, 1864, p.9). Do ponto de vista metropolitano, a agricultura seria uma alternativa econômica ao tráfico de gentes e, talvez não seja ainda equivocadamente, levantar a possibilidade de que o cultivo agrícola garantiria uma presença física portuguesa mais intensa do que a dos presídios. Em 1863, o então Ministro e Secretário d’Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, José da Silva Mendes Leal, indicava que monoculturas como café e algodão trariam “[...] prosperidade as terras ultramarinas” (LEAL, 1863;1868, p.4). A intenção agrícola é amplamente incentivada pelos políticos interessados em África, indo desde a concessão de terrenos ao cultivo até a distribuição de “[...] sementes das melhores qualidades de algodão para serem distribuídas gratuitamente aos cultivadores [...]” (LEAL, 1863;1868, p.4). Tampouco ainda pode-se avultar que a prática agrícola pelos africanos, voltada à administração colonial seria uma tática de ocupação dita civilizatória, no qual a atividade rural propiciaria civilidade no ato de ensinar os africanos a domar e utilizar a natureza nos moldes europeus – transformando o cotidiano traçado por aspectos naturais e místicos em uma dinamização

dos atos e ofícios (LEAL, 1863;1868, p.2). A questão da civilidade em Francina parece estar de comum acordo com o binômio bárbaro/civilizado de forte influência ilustrada, no qual o primeiro teria laços de dependência com a natureza e o segundo se sobreporia a ela.<sup>10</sup>

A decadência anteriormente apontada pelo Alferes faz-se visível no decrépito estado das construções e na crescente influência de *cammundelles* no trato do comércio. Estes *cammundelles* – como eram chamados os africanos que se autointitulavam brancos – ganharam espaço político e comercial nos sertões de Luanda devido ao contato mais estreito com os portugueses, recusando submeterem-se ao serviço de carregadores e gerando atrito com relação ao recrutamento de mão de obra, pois “[...] não se sujeitam ao carreto, nem mesmo as leis dos Sobas [...]” (FRANCINA. 1846;1867, p.11). Enquanto a relação de autoafirmação dos *cammundelles* expõe um fenômeno de diálogo cultural advindo das permutas comerciais iniciadas na virada do século XVI (HEINTZE, 2005), (HEYWOOD; THORTON, 2007), a decadência do estado colonial exortava a soberania dos locais e uma concepção de necessidade de reforço do domínio colonial por parte dos pequenos agentes (MENEZES, 1861;1867). Tendo este quadro no horizonte, o posicionamento crítico de alguns historiadores a partir do final dos anos 1990 acerca da conceituação “Zona Atlântica” de Miller (1983;1988) parece bastante coerente.<sup>11</sup>

Francina deixa a entender que poucos são os Sobas que realmente detém poder político significativo, fato é que apenas “[...] 4 ou 5 que verdadeiramente pode ter tal nome [...]” (FRANCINA. 1846;1867, p.10) sendo que a maioria dos chefes não passa de “[...] sobetas de meia dúzia de fogos [...]”, (FRANCINA. 1846;1867, p.10) tratando-se necessário na opinião do autor por

---

10 Cabe salientar que os portugueses parecem ignorar por completo as técnicas e saberes africanos no labor rural, fazendo referência ao mundo agrícola sempre em diálogo com praticas externas ao continente africano, sendo o Brasil tomado como exemplo em alguns momentos.

11 Tal conceituação aponta para a formação de uma rede de contatos comerciais que possibilitavam um diálogo sociopolítico entre as diferentes margens do Atlântico por intermédio do tráfico de escravizados. Esta rede era preponderantemente sustentada pelo cabedal de grandes investidores, mas pequenos comerciantes e membros da burocracia do estado português também participavam ativamente. Sendo assim, a Zona Atlântica manifestava-se, sobretudo, em regiões portuárias ou de grande concentração de pessoas participantes deste comércio, sejam negociantes ou tornados cativos. No entanto, a alguns anos a concepção de Zona Atlântica – essencialmente no que concerne o seu sustento teórico, a questão da Fronteira Escravista – passou a ser questionada por estudos que tinham os hinterland (sertões) de Luanda e Benguela e as dinâmicas do tráfico legal e ilegal no século XIX como foco de estudo. O trabalho de Roquinaldo Ferreira (2012), por exemplo, aponta para uma maior incidência de cativos sendo capturados e comercializados em regiões nas quais, segundo Miller (1983;1988), a “Fronteira da Escravidão” já haveria superado. Focando-se, sobretudo, nas dinâmicas comerciais do tráfico de escravizados ilegal e seus desdobramentos culturais este autor não necessariamente invalida a concepção de que a Lunda fornecia boa parte dos indivíduos destinados ao tráfico Atlântico do qual Kassanje era interlocutor, mas indica um cenário de que razias nos sertões de Luanda eram mais comuns do que apontado por Miller, sendo ainda esta região uma fornecedora considerável de cativos e principalmente mão de obra escravizada para o novo contexto de interesses que emergiu a partir dos anos 1830.

parte destes grandes chefes a incorporação dos pequenos Sobados, criando unidades consistentes. Neste aspecto Francina parece dialogar com uma tradição: a opção colonial da negociação e influência política ao invés do enfrentamento aberto com as comunidades locais. Não obstante, os motivos que levam Francina a construir esta posição não são necessariamente os mesmo que levaram os portugueses a optar pela governança de influência em Angola. Na visão metropolitana a negociação com o poder político tradicional africano visava assegurar “[...] a continuidade das instituições tradicionais, as autoridades portuguesas envolviam e preservavam na sua esfera os “poderes indígenas”, facilitando deste modo a sua adesão a posições mais neutras [...]” (MARQUES, 1999, p.465) o que culminava em uma proteção “[...] as populações brancas, mais aos seus bens, de ações intempestivas das populações indígenas” (MARQUES, 1999, p.465). Tradicionalmente as alianças políticas entre portugueses e Sobas visavam à estabilidade política do interior objetivando a realização mais facilitada do comércio de escravizados. No século XIX, além de garantir um clima estável para a realização do comércio – agora dos chamados produtos legítimos –, a necessidade de um poder político negociado por meio de trocas simbólicas entre portugueses e Sobas focava essencialmente o arregimento de mão de obra. Tal premissa não é de se estranhar, afinal, no comércio escravista, os escravizados se autoconduziam dos sertões rumo ao litoral, todavia no comércio de gêneros agrícolas e extrativos havia a necessidade de braços para conduzir os produtos e bens, sendo que a inserção de animais de carga provou ser lograda no século XIX.

A questão do recrutamento ao serviço de carreto sempre foi delicada em Angola. Do ponto de vista legal, os chefes africanos tinham a obrigação de fornecer carregadores e, quando não o faziam, sofriam chantagem política da administração colonial em conluio com os makota – o que poderia levar a queda do Soba ou seu cárcere (COUTO, 1972, p.236). Acontece que o arregimento quase sempre acontecia de forma agressiva, o que tornava o recrutamento não apenas uma tarefa difícil a portugueses e Sobas, mas criava um ambiente hostil diante da recusa africana de submeter-se ao regime de trabalho forçado. Deste modo, a documentação avulta a possibilidade da unificação de Sobados criando unidades mais coesas que poderiam atuar no sentido de tornar o recrutamento algo mais rápido, menos penoso e passível de controle. Por esta perspectiva, a figura política do Soba Bango manifesta em seu poder tradicional parece indicar que o modo como este chefe lida com suas questões locais era propício à unificação do seu sobado com os títulos de sobetas circunvizinhos (FRANCINA, 1846;1867)

Observando o texto do Alferes Francina não se pode dizer que há uma tentativa de dominação direta, mas uma busca por fortalecer Sobas locais que poderiam ser úteis aos portugueses. Dentro desta afirmação faz-se possível levantar a possibilidade de que havia por parte dos portugueses um interesse de maior centralização política por parte dos Sobas, diminuindo assim a instabilidade da disputa entre os estatutos políticos africanos e prolongando a diplomacia entre africanos e portugueses. Tal incentivo poderia visar uma relação de governança indireta entre administração colonial e comunidades africanas, no qual os portugueses teriam um peso maior dentro da política local, na medida em que seriam colaboradores decisivos na construção das novas estruturas de poder.

Todavia, existe outra possibilidade, tão plausível quanto à primeira: a iniciativa dos próprios chefes em se reafirmarem perante suas elites locais, pois as mudanças econômicas ocorridas em meados do século XIX reavivaram antigas rotas comerciais de sal e ferro (HENRIQUES, 2003, p.83-99) e, é de conhecimento da bibliografia que os Sobas exerciam forte influência não apenas no sistema de transporte – como já comentado – mas também sobre as rotas pelas quais mercadorias eram transportadas, sejam para o litoral ou entre as comunidades (DIAS, 1997, p.36-37). Desta forma, talvez o que aparentemente possa parecer um incentivo português seja também, na realidade, a constatação de uma mudança de postura por parte dos Sobas, o qual acaba sendo vista como positiva em certa medida pela administração colonial, que dependente destes chefes para a realização do comércio e obtenção de mão de obra, abrindo possibilidade para novas abordagens frente ao poder político africano.

As habilidades política de negociar e enfrentar não eram um monopólio português, pelo contrário, os Sobas dos sertões de Luanda usaram de diversos aspectos sob os quais tinham controle para aproximar e afastar a presença portuguesa conforme lhes convinham. O controle sobre a mão de obra, seu fornecimento, a capacidade de reger as rotas comerciais, na produção e extração de bens e monopolizar boa parte dos braços militares fez com que os Sobas travassem frequentemente negociações políticas (VELLUT, 2010, p.355-368) com os pequenos agentes (FERREIRA, 1997, p.90) a mando da administração litorânea de Luanda e aviltassem, em certa medida e dentro do possível, o fortalecimento de suas linhagens perante os demais estatutos políticos de sua comunidade (HENRIQUES, 1997, p.599-636), independentemente de se a linhagem do Soba era antiga ou emergente advinda do tráfico de escravizados ilegal ou ainda do comércio de marfim (DIAS, 2003).



Tal caráter de autonomia e jogral político por parte dos Sobas pode ser mais bem compreendido quando observado o apoio que o Soba Gunga-Acambamba forneceu a campanha militar colonial contra o Jaga Mbumba a Kinguri,<sup>12</sup> então governante exilado de Kassanje nos anos 1850. De grosso modo, os conflitos entre portugueses e Mbangalas no século XIX circundaram principalmente questões comerciais envolvendo a feira de Kassanje – no qual os portugueses ambicionavam dominá-la e ultrapassar suas barreiras geográficas e o Jaga objetivava manter seu controle e usar suas cartadas políticas para negociar melhores acordos comerciais (FERNANDES, 1971). Conforme as tropas portuguesas rumavam para a feira de Kassanje com o objetivo de punir o Jaga Mbumba a Kinguri, reavivar a feira comercial e recuperar mercadorias em sequestro, o Major Francisco de Salles Ferreira – Comandante Geral das tropas – instigava sobados locais a se juntarem aos portugueses na guerra preta: seja por meio da força e chantagens ou mais comumente pela retórica diplomática formal junto as Sobas avassalados nas regiões de Cambembe, Mbaka e Npungu a Ndongo. Conquanto, nem sempre o acordo militar era fácil, sobretudo com os Sobas não avassalados. Porém, a questão comercial era importante não apenas a administração colonial, mas também aos estatutos tradicionais africanos.

O Soba Gunga-Acambamba, mesmo não tendo uma relação pacífica com os portugueses aceitou se juntar as tropas de Salles Ferreira. A princípio o seu apoio se manifesta devido à relação tensa que o mesmo tinha com o Jaga, sendo que “[...] teria já guerreado, do que chegou a ameaçá-lo, se não fosse o medo de que a feira podia vir a sofrer” (NEVES, 1854, p.44). Com a situação local abalada e o comércio comprometido, o apoio de Gunga é estratégico: visa a princípio recuperar a feira de Kassanje, no qual o Soba tinha negócios e que naquela altura se encontrava abandonado. (NEVES, 1854, p.35). Pode-se acentuar ainda a possibilidade de que além de revigorar a feira, o Soba Gunga podia ter interesse de estabelecer um controle sobre a zona comercial ou ainda tornar o seu sobado uma força de influência político-comercial na ausência do poder centralizador de Kassanje (PÉLISSIER, 2013, p.107-123).

Voltando a questão da mão de obra, entende-se aqui o controle sobre o fornecimento de carregadores uma arma política poderosa dos Sobas para a negociação – assim como Gunga se

---

12 As informações acerca do Jaga e sua trajetória não são abundantes, pelo contrário, faz-se difícil uma verificação sobre o passado de Mbumba a Kinguri antes dos conflitos do entremeio do século XIX. Contudo, o mesmo líder africano foi objeto de citação de outros trabalhos como Miller (1988, p.248) Sabe-se que o Jaga teve instrução comercial e jurídica sobre aspectos da presença portuguesa por intermédio de sujeitos e famílias mestiças com o qual convivia. É também de conhecimento que o Jaga passou por todos os rituais políticos e religiosos dos Mbangalas – especialmente o sambamento – o que lhe garantia um prestígio político considerável entre os seus e uma imagem de liderança considerada ameaçadora por parte dos portugueses. Conferir (NEVES, 1854, p.65).

utiliza da política local nas campanhas de Kassanje. A chave para a questão da dificuldade de arregimentarem-se trabalhadores no Golungo Alto pode também estar presente em outro vestígio deixado por Francina. Quando o autor enobrece a figura do Soba Bumba Aquitamba, aponta muito rapidamente para a quase inexistência de famílias mestiças em Golungo Alto tendo apenas “[...] uma família nobre que é a dos Bravo” (FRANCINA, 1846;1867, p.14). Ao mesmo tempo, é de conhecimento geral da bibliografia sobre a região que o comércio de cativos promoveu um desenvolvimento vigoroso de famílias mestiças (FERREIRA, 2012, p.126-165) e de intermediários comerciais plurais etiquetados pela escrita colonial como moradores. A forte mestiçagem e o poder político e econômico das diversas famílias poderiam atuar no sentido de dificultar a administração colonial e o recrutamento de mão de obra, na medida em que da mesma forma que existiam pessoas que não eram escravizáveis, também havia indivíduos e grupos isentos de serem submetidos ao trabalho nos carretos e na produção agrícola e extrativa (DIAS, 1998, p.518).<sup>13</sup>

Ao se debruçar sobre a categoria dos moradores deve-se ter em mente a emergência de novas identidades construídas a partir da interação entre africanos e não africanos (DIAS, 2007). Principalmente pela debilidade portuguesa não só de penetrar no continente africano frente a sua ignorância geográfica, mas também no que diz respeito a acordos políticos, tratativas militares e negociações comerciais. Desta forma indivíduos como os moradores, que não pertenciam ao universo português, mas também não se entendiam como africanos (MILLER, 1995, p.39), se tornaram sujeitos cruciais para o comércio e política em Angola (LIMA, 1844, p.44). Os mais conhecidos da bibliografia são os ambaquistas (HEINTZE, 2004;2005), conquanto, o grupo identificado externamente por moradores era amplo, plural e bastante fluído, possuindo dentro dos limites coevos certa mobilidade de autonomia em relação tanto a portugueses quanto a Sobas. Os anteriormente citados *cammundeles* que não eram admitidos pelo Soba Bango Aquitamba, eram, ao fim e ao cabo, parte dos moradores na visão dos pequenos agentes coloniais (DIAS, 1998, p.359).

Os moradores não se destacavam apenas no comércio de longa distância, mas estavam presentes em ocupações importantes dentro da economia interno e na circulação de bens como: ofícios artesanais, agricultura de consumo interno, alfaiataria e funções militares em companhias de

---

13 A narrativa de Francina fornece elementos interessantes sobre a situação do interior de Angola, contudo, deve-se salientar que o texto foi construído por alguém vinculado ao aparelho colonial – mesmo Francina sendo descrito como filho do país, podendo indicar fortemente se tratar de um mestiço –, assumindo assim a fala do poder. A propósito, Francina não era apenas militar; educado no Brasil e com tato linguístico, Francina publicou outros escritos de grande relevância – como a primeira obra sólida sobre as variantes do Kimbundu. Conferir (FRANCINA, 1864).

ofícios. No início do século XIX, eram mais de 2.000 moradores envolvidos em trabalhos artesanais nos arredores de Luanda, sendo que a região do Golungo Alto detinha camadas substanciais destes sujeitos (DIAS, 1998, p.360).

As mudanças econômicas e dos interesses políticos entre Sobas e portugueses atingiu diretamente a atividade dos moradores. As famílias mestiças como os Bravo, estavam intimamente ligadas ao comércio escravagista e de contrabando de mercadorias fora do espaço português ocupado no litoral (MILLER, 1988). O seu envolvimento dava-se especialmente pela facilidade com que estes se relacionavam tanto com a administração colonial como com os Sobas, seja por intermédio de tratos comerciais ou ainda por alianças políticas e laços matrimoniais (HEINTZE, 2004, p.81-90). Ao lado dos Sobas, os moradores impuseram ampla resistência ao fim do tráfico de escravizados, afinal, eram sabedores que o declínio escravagista traria perdas comerciais, desprestígio político e dificuldades no jogo da negociação colonial. Mesmo com adversidades adaptativas na emergência de novos interesses e produtos comerciais, os moradores se reinventaram rapidamente e se inseriram no comércio lícito e nos contrabandos no litoral. A participação destes não era novidade nas atividades agrícola e extrativa,<sup>14</sup> sendo, por exemplo, participantes ativos no comércio de marfim junto aos Cokwe (DIAS, 1999), não obstante tais atividades foram fortalecidas com a bancarrota paulatina do tráfico de escravizados (DIAS, 1998, p.379-383).

Posto este novo cenário, os moradores se tornaram na percepção portuguesa, aliados de interiorização indiretos de grande importância, na medida em que penetravam no interior de Angola e estabeleciam contatos comerciais que eram rentáveis a portugueses e moradores. Todavia, conforme os interesses portugueses de interiorização se ampliavam a visão sobre os moradores se alterava: de elos indiretos com os africanos a empecilhos para a penetração portuguesa. Nesta perspectiva os moradores quase que monopolizavam as alianças comerciais interioranas, inviabilizando os portugueses de estabelecer contato direto (VALDEZ, 1840, p.164). Não só aos portugueses os moradores começavam a incomodar (DIAS, 1994), mas é possível levantar a hipótese de que alguns Sobas de maior poderio e capacidade política – como Bango Aquitamba – não por meio do elo criado pelos moradores como algo vantajoso, na medida em que os Sobas poderiam negociar diretamente com os portugueses, seja em benefício da sua comunidade ou seu particular.

---

14 No que compete a extração de metais, nomeadamente o ferro, as tentativas portuguesas remetem ao século XVIII. Conferir (ALFAGALI, 2017).

O interesse não comunitário dos Sobas não dizia respeito a ganhos privados, mas fortalecer a sua linhagem perante as demais pertencentes a sua governança. Essa perspectiva aparentemente banal, mas de total importância para o poder político africano e sua estrutura de sucessão pouco trabalhada até o momento. Na perspectiva do historiador Jan Vansina, os séculos de comércio escravagista e suas repercussões políticas e sociais, permitiram que Sobas não só ostentassem signos políticos não africanos advindos das permutas comerciais como suas linhagens criassem laços mais estreitos com os portugueses em relação às demais linhagens da comunidade (VANSINA, 2005). Ostentar apoio dos portugueses – mesmo que diminuto – e possuir signos sociais de baixa circulação como fardas militares e instrumentos de ferro, conduziram as linhagens dos Sobas a concentrar um respaldo político maior frente suas elites locais, que refletiria na própria estrutura matrilinear africana. Essas mudanças trazidas pelo comércio permitiram por um lado à emergência de *novas elites* – aparentemente acelerada pelo tráfico ilegal (FERREIRA, 1996, p.7-10) – e por outro o fortalecimento de Sobas que estavam submissos a grandes autoridades regionais como o caso de Kassanje, que inicialmente enfrentou dificuldades com a queda do comércio de gentes (FERREIRA, 1996, p.9-12). Na perspectiva de Vansina (2005), tais “novas elites” ou ainda os antigos chefes que ganharam maior autonomia interna usavam das trocas comerciais para garantir a perpetuação de sua linhagem no poder e estabelecer laços diretos com os portugueses – o que vai de encontro com a lenta, porém importante diminuição do papel dos moradores enquanto intermediários. Tais atitudes atingiram diretamente a estrutura política africana básica – a linhagem matrilinear. Ao longo do século XIX, torna-se mais comum que o homem mais velho irmão da mãe principal da linhagem tenha ascendido a posições mais confortáveis na hierarquia consanguínea. Esta pequena, porém estrutural alteração iniciada na segunda metade do XVIII e escalonada no século XIX permitiu ao homem mais velho da comunidade assumir o domínio sobre as forças produtivas criando uma herança não apenas de estatutos político-sociais, mas objetos e bens de consumo via troca com europeus. O homem referido aqui como o mais velho geralmente ocupava a função de Soba e, diferentemente do que ocorria no passado, fortalecia sua linhagem a ponto de que seu substituto no cargo viesse de sua linhagem e não de outra, como costumeiramente podia acontecer, já que a função não era hereditária (VANSINA, 2005, p.16-20).

As concepções levantadas por Vansina de rearranjos linhageiros e centralização de estatutos políticos e a fragmentação de poder dos grandes potentados podem ser percebidas na ação dos agentes coloniais e na relação estabelecida com os Sobas: especialmente manifestada nas interações políticos-comerciais do cotidiano colonial (VILAS BÔAS, 2018). As narrativas coloniais e

memórias deixadas pelos agentes que circularam pela região do Golungo Alto são bastante valiosas no que compete os interesses portugueses perante as tradições e ações políticas africanas, a ação dos moradores ora como agentes em conluio com Sobas ou portugueses, ora encarregados de si próprios em busca da realização de seu comércio. Publicações como *Annaes Marítimo e Coloniais* e *Annaes do Conselho Ultramarino* (parte não oficial) construíram uma imagem destinada a propagar o ideário liberal português sobre as possessões ultramarinas mediante críticas ao tráfico de escravizados, propaganda dos benefícios agrícolas e extrativos, percepções acerca dos Sobas e suas comunidades; sendo estes oscilantes entre negativas e positivas, concernindo que tal flutuação era ditada pela relação de cooperação ou não que os Sobas tinham em conjunto com a administração colonial. Tal interesse era permeado pela leitura portuguesa sobre as tradições e costumes africanos.

A relação de interesses políticos entre administração portuguesa e autoridades africanas ocorreu em boa medida em conjunto com os humores comerciais. A diplomacia entre estes era dotada de grande instabilidade assim como os acordos políticos que se alteravam a todo o momento. Neste contexto de dubiedades latentes e de mudanças nos interesses estratégicos de ambos, pode-se apontar que a estima portuguesa não se conteve apenas na presença e ação da administração portuguesa; diminuta e geograficamente limitada. A agência de Sobas e moradores, em constate negociação com o contexto coevo e em busca de garantir e ampliar patrimônio e poder político lançou mão de capital social perante a lenta falência do tráfico de escravizados para garantirem espaço na organização comercial baseado em produtos agrícolas e extrativos. Realinhando suas estratégias perante a nova conjuntura, os moradores passaram a garantir seus ganhos pessoais no comércio ao mesmo tempo em que dialogavam com a administração portuguesa e os Sobas – de certa forma, não houve grande alteração no modo estratégico destes sujeitos, sendo que as mudanças mais evidentes deram-se pela demanda dos produtos comercializados e das tramas políticas geradas pelas autoridades africanas e portuguesas.

Contudo, quando se observa os Sobas, podem-se apontar novas formas de garantir prestígio político e perpetuidade linhageira que emergiram ou ganharam força no entremeio do século XIX. Os chefes agiam em reação a demandas da administração portuguesa, do contrabando litorâneo e em seu benefício próprio. Para isto utilizavam de prerrogativas nas quais detinham controle ou monopólio: mão de obra, rotas comerciais e acordos com comunidades da África Central. Neste contexto, mesmo que “[...] o determinante econômico fosse português – ou ainda extra-africano –, cabia aos africanos e moradores dominar, executar e manter as prerrogativas externas” (VILAS

BÔAS, 2018, p.161).

Entre 1840 e 1860 se pode pensar na possibilidade de centralização política por partes dos Sobas ao assumir negociações e buscar vantagens comerciais de forma cada vez mais direta com os portugueses – deixando lentamente de lado a participação de intermediários. Esta hipótese pode ser sustentada tanto pela bibliografia manifestada principalmente por Jan Vansina, mas também pelas ações e escolhas políticas de Sobas como Gunga-Acambamba e Bango Aquitamba, sendo o primeiro um estrategista ao fazer leitura da conjuntura colonial e vislumbrar ascensão política, e o segundo que buscava estrategicamente manter boas relações com os portugueses mirando ganho político frente às comunidades circunvizinhas ao seu sobado, bem como combatia entreves como os cammundeles – moradores. Ou seja, ocorria naquele momento uma mudança nas estruturas de poder africana – a figura do Soba acumulava prestígio perante os demais títulos políticos, especialmente os membros conselheiros como os makota, além disto, havia um conflito entre estatutos políticos locais que visavam garantir meios e instrumentos sociais para que as linhagens mais próximas do poder tradicional continuassem a exercer influência. Tal concepção não pode ser esclarecida em sua totalidade com o material empírico pouco plural aqui abordado, não obstante, o diálogo com a bibliografia mantém tal hipótese aberta a questionamentos e exercícios heurísticos.

Se debruçar sobre a ação dos Sobas no século XIX exhibe um panorama no qual tais chefes possuíam grande autonomia política e capacidade de ação comercial, sendo ainda verificável a presença em cargos burocráticos diretos e indiretos como quando se presume que um Soba seja responsável sobre o recrutamento de mão de obra, sendo passível de punição jurídica caso não o faça (SANTOS, 184?;1976, p.15-29). Concomitante ao poder africano estava o interesse português por interiorização, que perante a debilidade da administração portuguesa em controlar terras e força produtiva, além da fragilidade salutar e desconhecimento geográfico, viu-se logrado ao longo do século XIX e manifesto apenas em pequenos núcleos e atitudes isoladas, que em longo prazo mostrariam sua importância para uma experiência colonial interiorana por parte dos agentes coloniais.

Mesmo utilizando de manobras e tentativas, os portugueses não conseguiram naquele contexto superar o seu maior desafio: o de controlar o recrutamento e utilização de mão de obra. Sustenta-se aqui que o serviço de carroto era vital para os negócios comerciais e atender aos interesses portugueses e africanos. Dominar os carregadores em seus diversos aspectos era necessário para:

[...] realização dos interesses portugueses e para moeda de troca política imprescindível aos Sobas. Incapazes de possuir trabalhadores, portugueses apostaram suas fichas nos Sobas avassalados que forneciam sujeitos para o transporte de mercadorias, lavouras e obras públicas. (VILAS BÔAS, 2018, p.163).

A centralização política dos Sobas e o interesse de pequenos agentes na sua concretização naquele momento trariam consequências a ambos os lados. Na perspectiva dos agentes coloniais a centralização ajudaria a facilitar o recrutamento de mão de obra para escoar o comércio lícito perante a incapacidade portuguesa de criar laços de trabalho de forma autônoma. No entendimento dos Sobas, centralizar-se traria prestígio político junto a suas elites e poder perante os sobados circunvizinhos. Para os agentes coloniais simpáticos ao liberalismo metropolitano, as pautas econômicas e interesses políticos liberais estavam distantes de serem consolidados, mas a cada passo mais próximo. À vista disto, pode-se inferir sobre uma colonização flutuante em meados do século XIX, posto que projetos coloniais goravam na mesma velocidade em que novas questões coloniais emergiam. A presença portuguesa avançava e retrocedia conforme a relação político-comercial manifestada nos interesses portugueses, africanos e dos moradores. Portanto, coloca-se no centro das decisões e construção das estruturais coloniais a atividade dos sujeitos africanos e mestiços e não apenas os grandes traficantes e membros da burocracia litorânea. As iniciativas comerciais do século XIX estiveram mergulhadas no campo da negociação e não apenas na dominação ou tentativa da mesma.

## Referências.

AJAYI, Ade J. F. Conclusão: a África às vésperas da conquista europeia. In: AJAYI, Ade J. F. *História Geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. Editado por AJAYI, Ade J. F. Brasília: UNESCO, 2010.

ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno, (1822-1891)*. Lisboa: Sá da Costa, 1979.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do Império: questão acional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.

\_\_\_\_\_. Portugal em África (1825-1974): uma perspectiva global. In: *Penélope*, Lisboa – nº 11, p. 53, mai, 1993.

\_\_\_\_\_. *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império, (1808-1975)*. Porto: Afrontamento, 2000.

\_\_\_\_\_. (org). *O império africano (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Colibri; IHC-UNL, 2000.

- ALFAGALI, Crysleine Gross Marão. *Ferreiros e fundidores da Ilamba. Uma história social da fabricação de ferro e da real fábrica de Nova Oeiras. (Angola, segunda metade do séc XVIII)*. 407 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- ALMEIDA, Marcos Abreu Leitão de, *Ladinos e boçais : o regime de línguas do contrabando de africanos, (1831-c.1850)*. 200 f. Dissertação (Mestrado em História – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- ARANHA, Graça (org.). *Fiscais e Meirinhos. A Administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Arquivo Nacional, 1985.
- BANDEIRA, Sá da. *O tráfico da escravatura e o Bill de Lord Palmerstton*. Lisboa: Typographia José Baptista Morando, 1840.
- BASTOS, Cristina. Das viagens científicas aos manuais de colonos: a Sociedade Geográfica de Lisboa e o conhecimento da África. In: CEAUP (org.). *O colonialismo português: novos rumos da historiografia dos PALOP*. Ribeirão – Vila Nova de Famaliacão: Edições Húmus, 2013, p. 321-346.
- CÂNDIDO, Mariana Pinho. *Enslaving frontiers: slavery trade and identity in Benguela, 1780-1850*. 322 f. Tese (Doutorado em História) – York University, Toronto, 2006.
- CAPELA, José. *Escravatura: a empresa de saque: o abolicionismo*. Porto: Afrontamento, 1974.
- \_\_\_\_\_, José. *As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico de escravatura, 1810-1842*. Porto: Afrontamento, 1987.
- CARPO, Arsénio Pompílio Pompeu de.; PERREIRA, Silvano F. L.; POSSOLLO, Eduardo Germack.; SCHUT, André van Randvyk. *Projecto de uma companhia para o melhoramento do commercio, agricultura e industria na Província de Angola; que se deve estabelecer na cidade de S. Paulo d'Assumpção de Loanda*. Lisboa: Typographia da Revolução de Stembro, 1848.
- CARREIRA, Antonio. *Angola: da escravatura ao trabalho livre*. Lisboa: Arcádia, 1977.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- COOPER, Frederick. *Colonialism in question: theory, knowledge, history*. Los Angeles: University of California Press, 2005.
- COUTO, Carlos. *Os capitães-mores em Angola no século XVIII (subsídios para o estudo da sua actuação)*. Luanda: IICA, 1972.
- DIAS, Jill. Mudanças nos padrões de poder no “hinterland” de Luanda: o impacto da colonização sobre os Mbundu (c.1845-1920). In: *Penélope*, Lisboa, nº 14, p. 43-91, 1994.
- \_\_\_\_\_. O Kabuku Kambilu (c.1850-1900): uma identidade política ambígua. In: *Actas do seminário: encontro de povos e culturas em Angola*. Luanda, 3 a 6 de abril de 1995. Luanda: AHNA; MCA, 1997.
- \_\_\_\_\_. Angola. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dirs.), coordenação do volume X: ALEXANDRE, Valentim; DIAS, Jill. *Nova história da expansão portuguesa (Volume X): O*



*império africano, (1825-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

\_\_\_\_\_. Caçadores, artesões, comerciantes, guerreiros: os Cokwe em perspectiva histórica. In: *Antropologia dos Tshokwe e povos aparentados*. Porto: FLUP, p. 17-47, 2003.

\_\_\_\_\_. Novas identidades africanas em Angola no contexto do comércio atlântico. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (org.) *Trânsitos Coloniais. Diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro*. Petrópolis: Vozes, 1993.

ELTIS, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Nova York: New York University Press, 1987.

ESPÍNDOLA-SOUZA, Maysa. A liberdade da lei: o trabalho do indígena africano na legislação do império português. In: *Caderno de resumos 7º encontro escravidão e liberdade no Brasil meridional*, 13 a 16 de março de 2015. Curitiba: UFPR-CCHLA, 2015.

\_\_\_\_\_. *A liberdade do contrato: o trabalho africano na legislação do Império português, 1850-1910*. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

[FERNANDES, Soares. A feira de Cassange](#). In: *Geographica*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa. - Nº 26, p. 31-41, 1971.

FERREIRA, R. *Dos Sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. 289 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. Fazendas em troca de escravos: circuitos de créditos nos sertões de Angola, 1830-1860. In: *Estudos Afro-asiáticos*, nº 32, p. 75-96, 1997.

\_\_\_\_\_. Brasil e Angola no tráfico ilegal de escravos, 1830-1860. In: *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico sul*. PANTOJA, Selma e SARAIVA, J. F. S. (orgs). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. New York: Cambridge Press, 2012.

\_\_\_\_\_. Abolicionismo versus colonialismo: rupturas e continuidades em Angola (século XIX). In: GUEDES, Roberto (org.). *África: brasileiros e portugueses – séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: Mauá, 2013, p. 95-112.

FIGUEIREDO, Luiz Antonio de. *Índice do Boletim Oficial da Província d'Angola: compreendendo os annos que decorrem desde 13 de setembro de 1845 em que foi publicado o 1º nº até 1862 inclusive*. Loanda: Imprensa do Governo, 1864.

FRANCINA, Manoel Alves de Castro. De Loanda ao distrito de Ambaca na província de Angola, 1846. In: *Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

\_\_\_\_\_. Viagem a Cazemgo pelo Quanza, e regresso por terra, 1847. In: *Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867, p. 459.; *Almanak statistico da província d'Angola*, 1851.

FRANÇA, Antonio Romano; SILVA, José Antonio Lopes da. Annaes do município de Mossamedes: contendo um breve resumo do principio da sua colonização, e enumeração dos factos mais notaveis acontecidos desde aquella epocha até á elevação d'este Estabelecimento á categoria de Villa, e criação da primeira Camara Municipal, e onde continuará a consignar-se os mesmos, o estado da agricultura, causas de sua decadencia, e os meios adequados ao seu melhoramento, etc., mandados crear por Portaria do Ministério da Marinha e Ultramar, de 8 de Janeiro de 1856. In: *Annaes do Conselho Ultramarino – Tomo I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

HEINTZE, Beatrix. *Pioneiros africanos: caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

\_\_\_\_\_. A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial: um contributo para a sua história e compreensão na actualidade. In: *Cadernos de Estudos Africanos*, 7/8, p. 179-207, 2005.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: IICT-ICP, 1997.

\_\_\_\_\_. *O pássaro do mel: estudos de história africana*. Lisboa: Colibri, 2003.

HEYWOOD, Linda.; THORNTON, John. *Central africans, Atlantic creoles and the foundation of the Americas, 1585-1660*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *O império colonial em questão (sécs, XIX-XX): poderes, saberes e instituições*. Lisboa: Edições 70, 2012.

\_\_\_\_\_. *The 'Civilising Mission' of Portuguese Colonialism. (1870-1930)*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 28, nº 56, p. 407-430, 2008.

LEAL, José da Silva Mendes. Relatório dos negócios do ultramar, apresentado á camara dos senhores deputados na sessão de 12 de janeiro de 1863, por S<sup>o</sup> Ex<sup>o</sup> o Ministro e Secretário d'Estado dos negócios da marinha e ultramar. In: *Annaes do Conselho Ultramarino (parte não official) – Tomo IV (Janeiro de 1863 a Dezembro de 1863)*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

LIMA, Joaquim Lopes de. *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na África Occidental e Oriental; na China; e na Oceania: escripto de ordem do governo de sua magestade fidelíssima a senhora D. Maria II. Livro III, parte I*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844.

LOUSADA, Maria Alexandre. D. Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da nobreza titulada portuguesa. In *Penélope*, Lisboa, nº 4, nov, p. 81-113, 1989.

- MARGARIDO, Alfredo. Les porteurs forme de domination et agents de changement em Angola (XVII-XIX). In: *Revue française d'Histoire d'Outremer*, Paris, t. 65, nº 3., p. 377-400, 1978.
- MARQUES, João. *Os sons do silêncio: o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*. Lisboa: ICS, 1999.
- MARQUES, Rui. *O império e a câmara dos deputados: as marcas de um discurso (1852-1890)*. 723 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2013.
- MENEZES, Joaquim Antonio de Carvalho e. *Demonstração geographica e politica do territorio portuguez da Guiné Inferior que abrange o Reino de Angola, Benguella, e suas dependencias*. Rio de Janeiro: Typographia clássica de F. A. Almeida, 1848.
- MENEZES, Sebastião Lopes de Calheiros e. *Relatorio do governador geral da província de Angola no anno de 1861*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.
- MILLER, Joseph C. The paradoxes of impoverishment in the Atlantic zone, In: BIRMINGHAM, David; MARTIN, Phylli (eds.), *History of Central Africa*. London and New York, II, p. 118-159, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Way of death: Merchant capitalism and the Angola slave trade*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Poder Político e parentesco: os antigos estados Mbundu em Angola*. Luanda: AHN, 1995.
- NEVES, Antonio Rodrigues. *Memória da expedição a Cassange, comandada pelo Major Graduado Francisco Salles Ferreira em 1850, Africa Occidental*. Lisboa: Imprensa Silvana, 1854.
- OLIVEIRA, Saturnino de Sousa; FRANCINA, Manoel Alves de Castro. *Elementos gramaticaes da língua N'bumda*. Loanda: Imprensa do Governo, 1864.
- PAQUETTE, Gabriel. After Brazil: portuguese debate on empire, c.1820-1850. In: *Journal of colonialism and colonial History*, dez 2011, v 11, nº 2, p. 1-18, 2010.
- PÉLISSIER, René. *História das campanhas de Angola, Vol 1: resistências e revoltas, 1845-1941*. 3º ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2013.
- PIMENTEL, Maria do Rosário. *Chão de Sombras - Estudos sobre Escravatura*. Lisboa: Colibri, 2010.
- Projecto de Regimento para os Districtos e Presídios de Angola – sem data, 184?. In: SANTOS, Eduardo (org.). *Angolana: documentação sobre Angola – Tomo III, 1845*. Luanda: IICA, 1976, p. 15-29. Originalmente extraído: AHU sala 12, cx. 822.
- QUARESMA, Vitor Sérgio. *A regeneração: economia e sociedade*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- REIS, Jaime. *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre economia portuguesa na segunda metade do século XIX (1850-1930)*. Lisboa: INCM, 1993.

Relação dos nomes dos sócios da Associação Marítima e Colonial de Lisboa. In: *Annaes Marítimos e Coloniaes. Tomo II*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1842.

SERRÃO, Joel. *Da regeneração a república*. Lisboa: Horizonte, 1990.

SANTOS, Boaventura Sousa. Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, pós-colonialismo e identidade. In: RAMALHO, Irene e RIBEIRO, António Sousa (org.s). *Entre Ser e Estar – Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento, 2001, p. 23-85.

SANTOS, Maria Emília Madeira. *Viagens de exploração terrestre dos portugueses em África*. 2º ed. Lisboa: IICT, 1988.

SANTOS, Elaine Ribeiro da Silva dos. *Barganhando sobrevivências: os trabalhadores da expedição de Henrique de Carvalho à Lunda (1884-1888)*. São Paulo: Alameda, 2013.

\_\_\_\_\_. *Sociabilidades em trânsito: os carregadores do comércio de longa distância na Lunda (1880-1920)*. 335 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, Cristina Nogueira da. *Constitucionalismo e Império: a cidadania no Ultramar português*. 563 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2005.

TORRES, Adelino. *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

VALDEZ, José Lúcio Travassos. Relatório do Ministro do Ultramar, apresentado às Camaras da Sessão extradorinária de 1840. In: *Annaes Marítimos e Coloniaes. Tomo I*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840.

VANSINA, Jan. *Ambaca society and the slave trade, c.1760-1845*. In: *Journal of African History*, 46, p. 1-27, 2005.

VELLUT, Jean-Luc. *A bacia do Congo-Angola*. In: AJAYI, Ade J. F. *História Geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. Editado por AJAYI, Ade J. F. Brasília: UNESCO, 2010.

VENÂNCIO, José Carlos. *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII: um estudo de sociologia histórica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

VILAS BÔAS, Felipe. *Em busca de um Novo Brasil em Angola? Encontros e desencontros entre portugueses e autoridades africanas nos Annaes do Conselho Ultramarino (parte não oficial), 1854-1867*. 92 f. Monografia (Graduação em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

\_\_\_\_\_. *A condição da Zona Atlântica na Hinterland de Luanda, (c.1840-c.1860)*. In: *Revista Vernáculo*, v. 30, p. 183-213, 2014.

\_\_\_\_\_. *Portugueses, moradores e Sobas em Golungo Alto, Angola: negociação e conflito em narrativas de militares, (c.1840-c.1860)*. 201 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.